

I - RESULTADO FISCAL DO TESOURO NACIONAL

Neste mês de março o Tesouro Nacional obteve superávit primário de R\$ 1.484 milhões. Considerando as obrigações com juros reais de R\$948 milhões, o resultado operacional também foi superavitário em R\$ 536 milhões. Com este resultado, o superávit primário acumulado no primeiro trimestre do ano alcançou R\$ 1.996 milhões (1,01% do PIB).

TESOURO NACIONAL Necessidades de Financiamento	Em R\$ milhões de março/97				
	1996	1997	1997	1996	1997
	MAR	FEV	MAR	JAN-MAR	JAN-MAR
I. RECEITA TOTAL(1)	11.104	7.944	9.328	25.649	25.721
I.1 Administrada	10.944	7.780	9.028	25.392	25.012
I.1.1 Restituições	-15	-76	-48	-357	-157
I.2 Demais	271	295	348	710	965
I.3 Incentivos Fiscais	-96	-55	0	-96	-99
II. DESPESA TOTAL	6.959	7.051	7.845	22.851	23.725
II.1 DESPESAS VINCULADAS	1.953	2.108	2.532	6.121	7.761
II.1.1 Transferências Constitucionais	1.612	1.827	1.648	5.304	5.874
II.1.2 Demais	341	281	884	817	1.887
II.2 DESPESAS ORDINÁRIAS	5.006	4.943	5.313	16.730	15.964
II.2.1 Pessoal e Encargos	3.314	3.325	3.079	11.499	10.572
II.2.2 Outros Custeios e Investimento	1.378	1.264	1.771	3.232	4.015
II.2.3 Operações Oficiais de Crédito	58	106	155	792	426
II.2.4 Restos a pagar	256	249	309	1.206	951
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	4.145	893	1.484	2.798	1.996
IV. JUROS REAIS (competência)	956	850	948	2.942	2.762
V. RESULTADO OPERACIONAL (III - IV)	3.190	43	536	-144	-766
VI. CORREÇÃO MONETÁRIA	493	1.154	1.144	2.351	3.698
VII. RESULTADO NOMINAL (V + VI)	2.697	-1.110	-609	-2.495	-4.464
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO / PIB(2)				1,50%	1,01%
IX. RESULTADO OPERACIONAL / P(B)				-0,08%	-0,39%
X. RESULTADO NOMINAL / PIB				-1,33%	-2,25%

VALORES INFLACIONADOS PELO IGP - DI

(1)Receitas líquidas de restituições

(2) em relação ao PIB do período

O resultado nominal, que inclui as obrigações com juros reais e a correção monetária e cambial da dívida, foi deficitário em R\$ 609 milhões, sendo que as correções monetária e cambial somaram R\$ 1.144 milhões. O déficit neste conceito foi 45% inferior ao do mês anterior.

A receita total do Tesouro, apropriada pelo critério de competência, ficou em R\$ 9.328 milhões, apresentando um crescimento real de 17,4% em relação a fevereiro. Comparada com março de 1996, a arrecadação registrou uma queda real de 16,0%. Esta queda se deve ao fato de que no ano passado os pagamentos do IR Pessoa Jurídica e da Contribuição Social foram efetuados em cota única, no mês de março, enquanto neste ano, a Lei 9.430 permitiu o pagamento em até quatro cotas, com vencimento a partir de 31 de março. Tal fator contribuiu de forma decisiva para que os resultados primário, operacional e nominal ocorridos em março, apesar de satisfatórios, fossem inferiores aos ocorridos no mesmo mês de 1996. Comparando, no entanto, os três primeiros meses do ano com igual período de 1996, a receita total acumula R\$ 25.721 milhões (+0,3%).

Os gastos com pessoal se mantiveram dentro da faixa normal, de R\$ 3,1 bilhões por mês. No acumulado do trimestre, tais gastos foram 8,1% inferiores, em termos reais, aos realizados no primeiro trimestre do ano passado. Os gastos com outros custeios somaram R\$ 1.771 milhões em março, e R\$ 4.015 milhões no trimestre.

As Operações Oficiais de Crédito geraram um dispêndio, em março, de R\$ 155 milhões. Este valor reflete o resultado líquido da compra e venda de produtos agropecuários adquiridos com a finalidade de regularização de estoques e as equalizações de preços e taxas.

TESOURO NACIONAL	Em R\$ mil
Operações Oficiais de Crédito	1997
Conceito de Necessidades de Financiamento	MAR
I. CUSTEIO AGROPECUÁRIO	25.276
I.1 Equalização de taxas	25.276
II. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	124.651
II.1 E.G.F.	23.385
I.1.1 Equalização de preços e taxas	23.385
II.2 A.G.F	101.266
II.2.1 Venda	391.374
II.2.2 Aquisição e outras despesas	492.640
III. FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES	5.050
III.1 Equalização	5.050
IV. TOTAL	154.977

Deste total, R\$ 101 milhões correspondem às despesas com a política de garantia de preços mínimos e compra líquida de estoques de produtos agrícolas, R\$ 25 milhões foram direcionados para equalização de taxas no

âmbito do programa "Custeio Agropecuário", e R\$ 23 milhões foram aplicados na equalização de preços e taxas nos "Empréstimos do Governo Federal - EGF".

As obrigações com juros reais líquidos incidentes sobre a dívida líquida do Tesouro Nacional situaram-se, em março, em R\$ 948 milhões. Comparando-se o primeiro trimestre deste ano com igual período do ano passado, observa-se, apesar do crescimento da dívida líquida, uma redução das obrigações com juros reais de 6%.

TESOURO NACIONAL - Juros reais	Em R\$ milhões de mar/97		
	1997	1996	1997
	MAR	JAN-MAR	JAN-MAR
I. JUROS REAIS - Competência	948	2.942	2.762
I.1. Dívida Mobiliária em Mercado	781	2.411	2.323
I.2. Contratual Interna - líquida	-136	-312	-468
I.2. Contratual Externa	303	843	907

VALORES INFLACIONADOS PELO IGP - DI

II - Dívida Pública

II.1 - Dívida Líquida

A dívida líquida do Tesouro Nacional em mercado compõe-se de todas as suas dívidas e haveres financeiros contra o setor privado financeiro e não-financeiro, setor público (exceto Banco Central) e o resto do mundo.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO	Em R\$ milhões de mar/97		
	1996	1997	1997
	DEZ	FEV	MAR
I. DÍVIDA INTERNA	74.715	83.405	82.538
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	88.795	97.477	96.202
Dívida Contratual	-14.081	-14.138	-13.664
II. DÍVIDA EXTERNA	56.353	56.574	56.559
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL	131.067	139.979	139.097
IV. DIVIDA LÍQUIDA / PIB	16,4%	17,3%	17,1%

VALORES INFLACIONADOS PELO IGP - DI

O estoque da dívida líquida, que cresceu 6,8% entre dezembro de 1996 e fevereiro de 1997, registrou pequena queda neste mês (-0,6%),

totalizando R\$ 139 bilhões, ou 17,1% do PIB. Tal queda se deve principalmente à não renovação da totalidade dos títulos vencidos da dívida mobiliária. Da dívida líquida total, 69,2% correspondem à dívida mobiliária em mercado e 40,5% à dívida externa.

II.2 - Dívida Mobiliária

Em março, o estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal - DPMF, de responsabilidade do Tesouro Nacional atingiu R\$ 119,9 bilhões, sendo que 80,2% deste total está em poder do mercado.

A dívida neste segmento equivale hoje a 11,9% do PIB, tendo diminuído 1,3% em relação ao mês anterior. O maior volume de colocações de títulos em fevereiro permitiu que houvesse resgate líquido de títulos em mercado neste mês.

TESOURO NACIONAL - DPMF			
Em R\$ milhões de março de 1997	1996 DEZ	1997 FEV	1997 MAR
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	117.579	119.827	119.943
I.1 Dívida com Mercado	88.795	97.477	96.202
I.1.1 LTN	49.319	53.229	53.674
I.1.2 NTN-D	12.765	17.166	15.682
I.1.3 NTN-H	10.383	10.669	10.393
I.1.4 Demais	16.329	16.413	16.453
I.2 Dívida com BACEN	28.784	22.350	23.741
I.2.1 NTN-B	2.444	2.477	2.499
I.2.2 NTN-C	6.306	5.286	4.779
I.2.3 NTN-D	15.976	8.501	7.395
I.2.4 NTN-L	3.005	3.010	3.022
I.2.5 Demais	1.051	3.076	6.047
II Dívida MERCADO/PIB	11,1%	12,1%	11,9%

VALORES INFLACIONADOS PELO IGP - DI

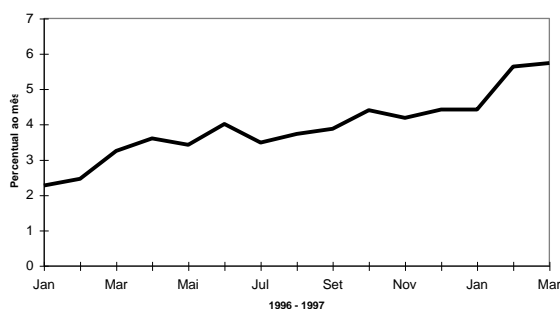
A dívida mobiliária em mercado é composta por Letras do Tesouro Nacional - LTN (55,8%) e Notas do Tesouro Nacional - NTN (44,2%). As emissões continuam a concentrar-se em Letras do Tesouro Nacional - LTN. Os dois leilões de LTN de 184 dias realizados no mês somaram R\$ 6,9 bilhões e resultaram em uma taxa média de 20,89% a.a. Os leilões de LTN de 365 dias captaram R\$ 4,2 bilhões, a uma taxa média de 20,99% a.a. Houve ainda uma emissão de R\$ 2,5 bilhões em NTN-H de seis meses, à taxa de 12,46% a.a. mais variação da TR e duas emissões em NTN-D, de R\$ 500 milhões cada, uma para 24 meses a uma taxa de 11,19% a.a. mais variação cambial e a outra para 36 meses, a 13,79% a.a. mais variação cambial.

O prazo médio da Dívida Pública Mobiliária Federal junto ao mercado continua se elevando, como vem fazendo desde o início de 1996, tendo atingido 5,74 meses em março.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL
PRAZO MÉDIO NO MERCADO

PERÍODO	EM MESES
1996 Jan	2,27
Fev	2,46
Mar	3,25
Abr	3,60
Mai	3,42
Jun	4,01
Jul	3,49
Ago	3,73
Set	3,88
Out	4,40
Nov	4,19
Dez	4,42
1997 Jan	4,42
Fev	5,64
Mar	5,74

DPMF - PRAZO MÉDIO

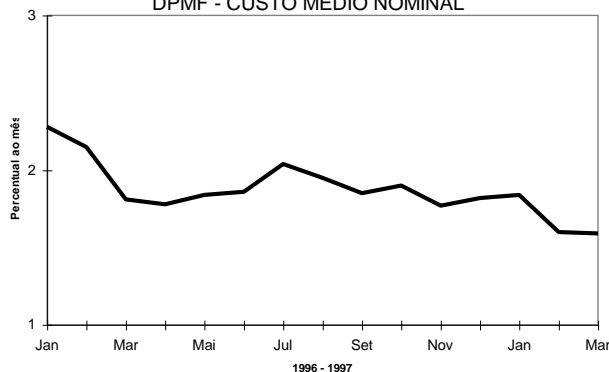


O custo nominal médio dos títulos competitivos em mercado teve uma pequena queda em relação a fevereiro (1,59%, contra 1,60%). Em termos reais, utilizando o IGP-M como deflator, esse custo foi de 0,43% a.m. O custo médio foi ainda superior em 0,34% à taxa SELIC, que representa o custo de oportunidade do Tesouro.

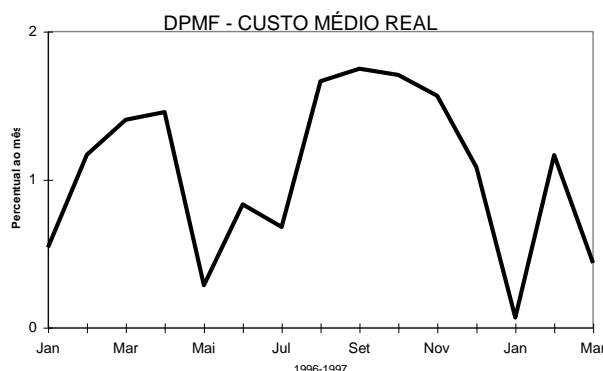
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL
CUSTO MÉDIO NOMINAL NO MERCADO

PERÍODO	% AO MÊS
1996 Jan	2,28
Fev	2,15
Mar	1,81
Abr	1,78
Mai	1,84
Jun	1,86
Jul	2,04
Ago	1,95
Set	1,85
Out	1,90
Nov	1,77
Dez	1,82
1997 Jan	1,84
Fev	1,60
Mar	1,59

DPMF - CUSTO MÉDIO NOMINAL



DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL CUSTO MÉDIO REAL NO MERCADO(*)		
1996	Jan	0,54
	Fev	1,17
	Mar	1,40
	Abr	1,46
	Mai	0,29
	Jun	0,83
	Jul	0,68
	Ago	1,67
	Set	1,75
	Out	1,71
	Nov	1,57
	Dez	1,08
1997	Jan	0,07
	Fev	1,16
	Mar	0,43



(*) EM RELAÇÃO AO IGP-M

II.3 - Dívida Contratual

Como já mencionado em informativos anteriores, a dívida contratual líquida do Tesouro Nacional é negativa, ou seja, ela representa um haver da União. O total atingiu em março R\$ 13.664 milhões.

Amparado pela Lei 8.727/93, o Tesouro assumiu dívidas estaduais junto ao sistema bancário e empresas estatais, ficando com o correspondente crédito junto aos Estados (R\$ 37.792 milhões). Dívidas e haveres praticamente se cancelam, não tendo efeito sobre a dívida contratual líquida. Contam-se ainda entre os ativos do Tesouro os créditos contra os Estados no âmbito da Lei 7976/89 (R\$ 9.095 milhões) e os derivados da renegociação da dívida externa (R\$ 17.387 milhões).

DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO	R\$ milhões de março/97		
	Em R\$ milhões de mar/97		
	1996 DEZ	1997 FEV	1997 MAR
Total	-14.081	-14.071	-13.664
Lei 8.727/93	-37.440	-37.662	-37.792
Lei 7976/89	-8.797	-9.249	-9.095
Bônus Renegociação	-16.858	-17.728	-17.387
Dívida Bancária	37.110	37.331	37.459
Crédito Securitizado	8.231	9.480	9.348
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.585	2.651	2.696
Debêntures	1.072	1.090	1.091
Outros	15	16	15

VALORES INFLACIONADOS PELO IGP - DI

Com relação aos passivos contratuais, os mais importantes deles são os créditos securitizados, que apresentaram crescimento de 89,1% em relação a março/96.

II.4 - Dívida Externa

O saldo do principal da dívida externa permaneceu, em março, em R\$ 56,6 bilhões. Os encargos financeiros desta dívida somaram no mês R\$ 168,6 milhões, sendo R\$ 43,2 milhões relativos a dívidas com organismos internacionais, R\$ 17,9 milhões junto a bancos privados e agências governamentais, R\$ 28,6 milhões para pagamento de juros relativos ao *Brazil Investment Bonds (BIB)*, emitidos no contexto do acordo de renegociação de dívidas de 1988, R\$ 7,1 milhões para pagamento de juros e comissão referentes aos *Samurai Bonds* e R\$ 71,7 milhões para pagamento de juros junto ao Clube de Paris.

TESOURO NACIONAL	março
Encargos da Dívida Externa	R\$ mil
I Encargos Totais	168.614
I.1. Organismos Multilaterais	43.234
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	17.949
I.3. BIB (Exit Bonds)	28.621
I.4. Samurai Bonds	7.073
I.5. Clube de Paris	71.738